

PERFIL SOCIOECONÔMICO DE PESCADORES DO MUNICÍPIO DA RAPOSA, ESTADO DO MARANHÃO

Paula Verônica Campos Jorge SANTOS^{1*}; Izabel Cristina da Silva ALMEIDA-FUNO²; Fabíola Geovanna PIGA³; Victor Lamarão de FRANÇA⁴; Suzana Araújo TORRES⁴; Carla Danielle Paixão MELO⁴.

¹Departamento de Pós Graduação (PPGDAPP), Universidade Federal do Amapá - UFPA

²Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA

³Departamento de Pós Graduação (PPGDR), Universidade Federal do Amapá - UFAP

⁴Departamento de Oceanografia e Limnologia, Universidade Federal do Maranhão - UFMA

*Email: veve.unifap@gmail.com

Recebido em 23 de novembro de 2010

Resumo - O presente trabalho visou caracterizar os aspectos socioeconômicos, a atividade pesqueira e a forma de comercialização do pescado no município de Raposa, Estado do Maranhão. Observações diretas e 100 entrevistas serviram para constatar que a atividade pesqueira no município é realizada predominantemente pelo por pessoas do sexo masculino com idade média de 43 anos e baixo grau de escolaridade. Do total de pescadores entrevistados 58 apresentam renda familiar inferior a um salário mínimo, 89% declararam a atividade pesqueira como a principal fonte de renda da comunidade, no entanto pelo menos 20% dos entrevistados não sobrevivem exclusivamente da pesca, exercendo atividades econômicas complementares. Grande parte dos pescadores não permanece no mar durante a noite, ou seja, voltam da pescaria no mesmo dia. O deslocamento até os pesqueiros ainda é realizada com utilização do conhecimento tradicional, sendo a tecnologia pouco utilizada por grande parte dos entrevistados. 83% comercializam o pescado fresco, alegando não possuir estruturas para armazenar o pescado.

Palavras-chave: característica social, perfil econômico, comunidade pesqueira, pesca artesanal.

Fishermen socioeconomic profile of the Raposa city, Maranhão State

Abstract - This paper describes the socioeconomic aspects, the fishery and how to market the fish in the municipality of Raposa, Maranhão State. Direct observations and 100 interviews were used to verify that the fishing activity in the city is done mainly by males with a mean age of 43 years and low educational level. From a total of fishermen interviewed 58 have family income below one minimum wage, 89% identify the fishery as the main source of income for the community, although at least 20% of respondents did not survive exclusively from this activity, exerting complementary economic activities. Much of the fishermen do not stay overnight at sea, in other words returning from fishing on the same day. The orientation to the fishing is still done mainly through the use of traditional knowledge, technology is rarely used by most respondents. 83% of the fresh fish market, saying they did not have a structure to store fish.

Keywords: social characteristic, economic profile, fishing community, artisanal fishing.

INTRODUÇÃO

O Estado do Maranhão, devido as suas similaridades ambientais e pesqueiras, está incluído juntamente com os Estados do Amapá e do Pará, na Costa Norte do Brasil. A região abrange uma área de plataforma continental de aproximadamente 295.000 km². Esta plataforma é a mais larga do Brasil, chegando a 320 km na foz do rio Amazonas e decrescendo para aproximadamente 100 km no extremo noroeste do Amapá e sudoeste do Maranhão (BDT, 2002).

A linha de costa a sudoeste da foz do Amazonas apresenta uma grande quantidade de reentrâncias formando baías e estuários ligados por canais. Essas reentrâncias estendem-se até o Maranhão, onde se encontram extensas áreas de praias e manguezais (BDT, 2002). Essas características naturais facilitam o aparecimento de uma maior diversidade de peixes, caracterizando esses locais como estratégicos para a prática da atividade pesqueira, que na região é basicamente artesanal.

O Maranhão possui o segundo maior litoral do Brasil, são 640 km de costa, com 92% da produção pesqueira artesanal proveniente do litoral costeiro (Almeida et al., 2006), no qual abriga 200 comunidades pesqueiras estabelecidas. Dentre elas, a comunidade de Raposa que é a maior e mais desenvolvida, dedicando-se principalmente à pesca do serra (*Scomberomorus brasiliensis*).

De acordo com Stride (1992) essa comunidade é considerada a principal produtora de peixe desse Estado, o que é comprovado por dados do Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil, que constatou que do total da produção para o estado do Maranhão que é 5.057,4 toneladas, 12,8% é realizada apenas na raposa (CEPENE, 2006). Esses dados dão uma idéia da importância social e econômica da atividade nesse município, representada pelo volume das capturas e sua utilização na alimentação local, também pelo número de pessoas empregadas direta ou indiretamente ao longo da cadeia produtiva, e pelo peso cultural que essas comunidades artesanais representam.

No Estado do Maranhão mais de 47 mil pescadores vivem exclusivamente da pesca artesanal, que é uma atividade limitada quando comparada á pesca industrial, mas que tem papel fundamental na geração mão-de-obra e de renda para milhares de famílias maranhenses. Somente no município de Raposa, observou-se que 80% da população têm como ocupação principal a pesca, o que é explicável em virtude das características do município.

Nestas regiões é importante observar como ocorre a formação das comunidades, já que o mar pode influenciar de forma definitiva no modo de vida das pessoas sobre sua influência. Geistdoefer (1988) descreve que tais comunidades se constituem pela prática dos pescadores num ambiente marcado pelo perigo, risco, mobilidade e mudanças físicas. A constituição histórico-

cultural dessas comunidades marítima está relacionada, de alguma forma, com o distanciamento da “terra” enquanto lugar de trabalho e vida e com a apropriação econômica e sócio-cultural do meio marinho, onde os pescadores passam uma parte considerável do seu tempo.

Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo principal a análise dos aspectos socioeconômicos, a atividade pesqueira e a forma de comercialização do pescado no município de Raposa, com a finalidade de reunir subsídios que possam ser úteis na gestão pesqueira da região, uma vez que nos últimos anos a pesca voltou a ser foco de interesse ao Brasil, devido se acreditar na potencialidade desta atividade em melhorar a economia nacional.

MATERIAL E MÉTODO

ÁREA DE ESTUDO

O município de Raposa está situado a pouco mais de 30 km de São Luís, capital do Estado do Maranhão. Possui uma população de 24.201 habitantes, que se distribuem em uma superfície de cerca de 64 Km². É limitado ao norte pelo Oceano Atlântico; ao sul pelos municípios de Paço do Lumiar e de São José de Ribamar; a leste pela ilha de Curupu e a baía de São Marcos e a oeste pelo município de São Luís. Encontra-se no quadrante nordeste da ilha do Maranhão entre as coordenadas de 02° 25' 22''S e 44° 05' 21'W (Figura 1).

A vegetação predominante é o mangue, o clima é tropical, com clima quente e úmido, situando-se entre os padrões equatoriais e tropicais. Apresenta temperatura média anual de 26°C com dois períodos estacionais definidos: um chuvoso (janeiro a junho) e o outro de estiagem (julho a dezembro) e precipitação anual média de cerca de 2.100 mm (INMET, 2007).

O Município é composto por uma comunidade que se mantém basicamente da pesca artesanal, incluindo peixes, mariscos e crustáceos. Com o estabelecimento dos pescadores e consequente vinda de seus familiares o local tornou-se uma vila de pescadores e posteriormente virou um município da Ilha do Maranhão (Monteles et.al., 2009).

METODOLOGIA

A obtenção dos dados foi realizada através de levantamento bibliográfico e da aplicação de questionários do tipo semi-estruturados, os quais eram baseados em questões do tipo aberta e/ou fechadas, que segundo Albuquerque & Lucena (2004), geram informações qualitativas. Além de conversas formais, informais e observações diretas. Paralelamente à aplicação dos questionários, foi efetuado um registro fotográfico, com o objetivo de ilustrar as informações obtidas.

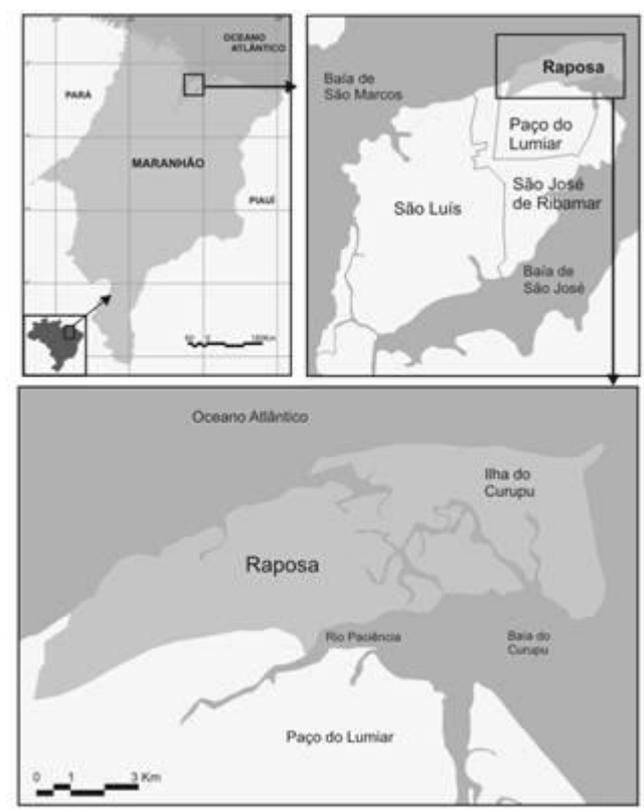


Figura 1. Localização do município de Raposa Estado do Maranhão, Brasil.

A amostragem foi definida segundo recomendações descritas em Krejcie & Morgan (1970), segundo o qual o total de amostras deve representar 5% do universo estudado. Desta forma foram aplicados 100 questionários aos pescadores na Colônia de Pescadores Z-53 do município de Raposa.

Os pescadores foram selecionados a partir da técnica de “bola de neve” (Silvano, 2004) em que um informante culturalmente competente recomenda outro de competência similar, repetindo-se o processo a partir dos novos incluídos.

A caracterização da atividade extrativista abordou temas como: aspectos sociais e econômicos, formas de exploração dos recursos pesqueiros, tecnologia empregada na atividade e comercialização do pescado. Para complementar a coleta de dados, à medida que aplicamos os questionários, foram feitas observações diretas e conversas informais de valor relevante para a pesquisa, o chamado diário de campo.

O banco de dados foi estruturado no Microsoft Office Excel (versão 2007), com a plotagem dos dados em quadros e tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Foram entrevistados 100 pescadores do sexo masculino, pois a atividade da pesca em virtude do esforço físico e perigos que oferece acabam sendo limitante para as mulheres.

A predominância do gênero masculino na atividade pesqueira é observada nos trabalhos de Condini, Garcia & Vieira (2007), no qual foi verificada uma única ocorrência do gênero feminino na atividade pesqueira da garoupa-verdadeira no Rio Grande do Sul, e no trabalho de Basaglia & Vieira (2005), que identificaram a predominância de 94% de pescadores do sexo masculino na atividade pesqueira.

Monteles et al., (2009) ao caracterizar as marisqueiras do município de Raposa verificou que 96% da comunidade é composta por mulheres, desta forma é possível determinar que na atividade de extração de organismos aquáticos existem dois grupos bem definidos, no município de Raposa: o de pescadores, constituída na sua totalidade por homens e o de marisqueiras, cuja predominância é do sexo feminino.

A faixa de idade dos pescadores variou entre 20 e 68 anos com média de 41 anos (Figura 2). Esses resultados se aproximam dos valores encontrados por Garcez & Sanchez Botero (2005), que ao estudarem os pescadores artesanais do Estado do Rio Grande do Sul encontraram valores médios de idade de 43 anos.

A grande amplitude na faixa etária de pescadores demonstra que a atividade é exercida por diferentes gerações, o que sugere que a transferência de aprendizado da atividade é passada de pai para filho.

Clauzet, Ramires & Barrella (2005) afirmam que a pesca artesanal no litoral de São Paulo é transmitida aos jovens de maneira a proporcionar condições para a prática da atividade por diferentes gerações.

Quanto a escolaridade observou-se que 19% dos entrevistados são analfabetos, 49% apresentam ensino fundamental incompleto, 23% fundamental completo, 3% ensino médio incompleto e 6% ensino médio completo (Figura 2).

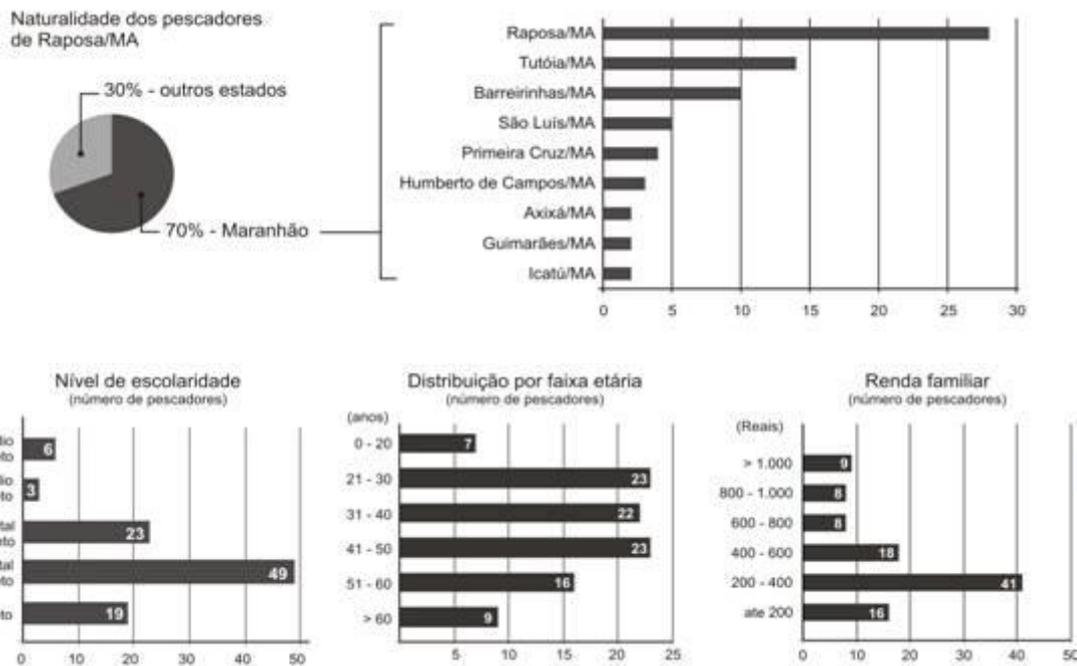


Figura 2. Caracterização do grupo de pescadores entrevistados no município de Raposa, Estado do Maranhão, Brasil.

A análise de outros trabalhos na área pesqueira sugere que a baixa escolaridade é típica dos praticantes da atividade da pesca. Pedrosa (2007) identificou a baixa escolaridade dos pescadores de Porto de Galinhas. Seus dados indicaram um percentual de 31% de analfabetos e mais de 38% de pescadores que apenas começaram os estudos mas não tiveram condições de dar continuidade aos mesmos, o que, segundo o referido autor, em termos de educação formal não difere muito das características dos que se declaram analfabetos.

Avaliando a faixa etária e o grau de escolaridade, observou-se que os não alfabetizados, e os que detêm menor grau de instrução correspondente ao ensino fundamental incompleto estão compreendidos em uma faixa etária mais avançada. Os que possuem o ensino médio completo são mais jovens com predominância na faixa etária de 20 a 30 anos, ocorrendo um caso isolado de pescador com idade de 51 anos que conseguiu concluir o ensino médio.

Vasconcelos, Lins, Matos, Junior & Tavares (2003) supõem que em relação às comunidades pesqueiras o nível de informações adquiridos atualmente pelos pescadores mais jovens são superiores a anos atrás. Acreditam ainda que isto é possível devido o aumento de escolas públicas. Com relação ao município de Raposa observou-se que, além do aumento do número de escolas públicas na localidade, outro fator determinante para o aumento do nível de escolaridade dos mais jovens está relacionado à proximidade com a capital do Estado, São Luís, para onde existe transporte regular e grande oferta de escolas.

Quando questionados se querem que seus filhos sigam a profissão de pescador, 100% dos

pais responderam que não. Eles preferem que os filhos estudem para exercer outra profissão no futuro. Alguns pescadores relatam que não tiveram uma oportunidade para estudar, que desde criança foram envolvidos com a atividade pesqueira e que também seus pais não tiveram a intenção de colocá-los na escola por isso são analfabetos ou possuem baixo grau de escolaridade.

O IDEMA (2002) cita que os próprios jovens estão preocupados em concluir os estudos e qualificarem-se para o mercado de trabalho e que têm havido ao longo do tempo uma conscientização do pescador em relação à educação dos seus filhos.

Os dados de escolaridade registrados em Raposa corroboram com as informações encontrados por Pacheco (2006) que, ao estudar pescadores baianos, constatou que mais de 50% apresentavam grau de escolaridade referente ao ensino fundamental incompleto, e que a grande maioria exercia outras atividades econômicas para complementar a renda familiar.

No município de Raposa 89% dos entrevistados encontram na pesca artesanal a principal fonte de renda. No entanto, pelo menos 20% não sobrevivem exclusivamente da atividade pesqueira, pois exercem atividades econômicas complementares, tais como vezeiro (intermediário), pedreiro, mototaxista, comerciante, vigia e político. De forma que há uma predominância de atividades complementares não relacionadas à atividade pesqueira (12%), o que difere da realidade encontrada por Pedrosa (2007) que observou a predominância de atividades econômicas complementares diretamente vinculada à pesca, como exemplo a confecção de velas para jangadas e redes de emalhar.

Vasconcelos, Lins, Matos, Juíno & Tavares (2003) identificaram que os pescadores artesanais do Rio Grande do Norte possuem atividades complementares que também não estão vinculados ao setor pesqueiro, evidenciando, de acordo com o IBAMA (2002), que esse acúmulo de atividades econômicas está relacionado com a redução das capturas dos organismos devido ao aumento de esforço de pesca na região. Assim, é importante salientar o pensamento de Acheson (1981) que acreditava que essas múltiplas e diversas ocupações poderiam ser uma estratégia utilizada pelos pescadores diante da incerteza provocada pelo ambiente marinho.

No presente trabalho também é possível correlacionar a escassez de pescado ao acúmulo de atividades econômicas não vinculadas ao setor pesqueiro. A maioria dos entrevistados, 75%, afirmaram que a quantidade de indivíduos capturados está diminuindo e quando questionados sobre os fatores que julgam responsável por esse decréscimo citam: o aumento da quantidade de embarcações no município, o extrativismo predatório exercido pelos próprios pescadores locais, o aumento da população, a sobrepesca, além das intervenções antrópicas nos ambientes naturais o que acarreta a diminuição da quantidade e do tamanho dos peixes capturados.

Quanto ao estado civil, 53% dos entrevistados são casados e com número de dependentes

variando de 4 a 5 pessoas. Esses dados apesar de baixos em relação às gerações passadas, quando os pescadores tinham famílias numerosas, ainda estão aquém das características familiares consideradas adequadas para melhoria da qualidade de vida. O IDEMA (2002) considera que a composição familiar tem mudado nos últimos anos e que famílias menores com no máximo 3 dependentes tem prevalecido.

Em relação a naturalidade dos pescadores 28% são naturais do município de Raposa que antes pertencia ao município de Paço do Lumiar, sendo bastante significativa a presença de pescadores nascidos nos municípios de Tutóia e Barreirinhas e provenientes do Estado do Ceará.

Constatou-se que todos os pescadores são moradores do município de Raposa e estão distribuídos principalmente nos seguintes bairros: Cacarape, Vila Bom Viver, Vila Nova e Garrancho. Cabe destacar que esses bairros são próximos dos portos do município, que são os locais de desembarque e da comercialização do pescado. A proximidade das moradias dos pescadores com os portos é estratégica e de extrema importância, visto a facilidade de locomoção.

Quanto à renda mensal observou-se que a média é de R\$ 511,00, a mínima de R\$ 100,00 e máxima de R\$ 1.500,00. Pedrosa (2007) também registrou uma renda média mensal baixa (R\$ 490,00) na comunidade de pescadores artesanais da praia de Porto de Galinhas, Ipojuca, Estado de Pernambuco.

Apesar da renda proveniente da atividade pesqueira ser considerada baixa em relação ao ritmo atual de crescimento econômico moldado pelo sistema de produção capitalista, a grande maioria dos pescadores (93%) apontam a atividade como capaz de prover as necessidades básicas de suas famílias.

CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA

A maior parte das embarcações são alugadas, 32%, enquanto 21% são próprias e 18% emprestadas (Figura 3). Esses dados diferem dos dados encontrado por Soares, Castro & Silva-Junior (2006) que constatou que a maioria das embarcações do município era de propriedade dos pescadores ou de associação de moradores e pescadores.

Quando questionados sobre a propriedade dos barcos, os entrevistados apontam que apenas 5% dos barcos que eram de propriedade da extinta COPAMA foram arrendados por grupos de pescadores em parceria com a prefeitura local e o Banco do Estado do Maranhão. A grande maioria dos barcos é de propriedade de empresários da capital do Estado (São Luís) e de alguns pescadores locais que não exercem mais a profissão e por isso alugam os barcos para os companheiros.

O empréstimo de embarcações é comum no meio pesqueiro, principalmente o de

pequenas embarcações. Pacheco (2006) identificou na Ilha do Tanque, Estado da Bahia, que a maioria das embarcações eram de propriedade dos pescadores, mas os que não possuíam pegavam canoas emprestadas de outros pescadores.

Os apetrechos de pesca são, em sua maioria, próprios (31%). Existe uma grande variedade de apetrechos utilizados, porém os mais representativos são a rede de emalhar, do tipo serreira (41%) e do tipo gozeira (30%), como pode ser observado na figura 3. Soares (2004) também observou a predominância do uso da rede serreira no município de Raposa, uma vez que a comunidade pesqueira em questão dedica-se quase que exclusivamente a pesca do serra *Scomberomorus brasiliensis*.

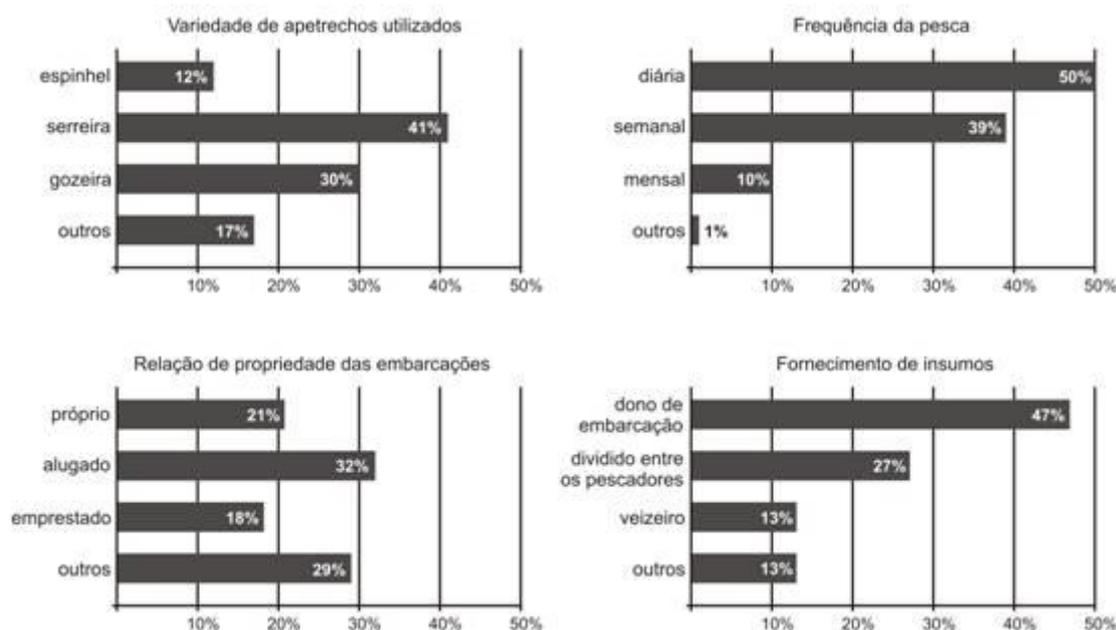


Figura 3. Caracterização da pesca desenvolvida no município de Raposa, Estado do Maranhão, Brasil.

A rede serreira (Figura 4-A) é uma arte de pesca de deriva flutuante com tamanho de malha esticada de 95 a 100 mm e com 40-50 malhas de altura, correspondendo a uma altura na água de aproximadamente 4m e comprimento variando de 800 a 1600m.

A gozeira (Figura 4-B) é uma rede de emalhar de deriva colocada na superfície ou a meia água fixa a embarcação por um cabo de nylon, seu comprimento pode variar de 200 a 400 braças e geralmente manuseada por 3 pescadores. O pescado alvo desta arte de pesca é a corvina-gó (*Macrodon ancylodon*), no entanto o serra também pode ser capturado através deste apetrecho.



Figura 4. A - Rede de emalhar do tipo serreira; B - Rede de emalhar do tipo gozeira.

Grande parte dos pescadores não pernoita no mar, uma vez que 50% dos entrevistados afirmaram que desenvolvem suas pescarias no mesmo dia, saindo no início da tarde e voltando entre 20 e 23 horas (Figura 3). Alguns pescadores realizam duas saídas no mesmo dia (uma ao amanhecer voltando ao final da manhã e a outra no início da tarde estendendo-se até as 23 horas). Pedrosa (2007) realizou uma pesquisa com pescadores artesanais de Porto de Galinhas, onde foi constatado que 61,5% dos entrevistados não pernoitam no mar, apresentando regime de trabalho semelhantes ao encontrado na comunidade de pescadores de Raposa.

De acordo com Soares, Castro & Silva-Junior (2006) as embarcações mais utilizadas na pesca artesanal de Raposa são as canoas a vela e as motorizadas, que não possuem autonomia para atuar em pesqueiros distantes.

No município de Raposa 39% dos entrevistados pescam com uma frequência semanal, permanecendo cerca de cinco dias no mar e 10% pescam mensalmente, onde a estadia no mar pode perdurar por até 15 dias (Figura 3).

Os entrevistados citam que o baixo percentual da frequência mensal nas pescarias desenvolvidas no município esta relacionada com a necessidade de embarcações de maior autonomia e com o fornecimento dos insumos necessário ao abastecimento das embarcações.

Os insumos necessários para permanência no mar são fornecidos pelos donos de barcos (47%) e pelos vezeiros (13%). Cerca de 13% citaram outras formas e 27% afirmaram que o insumo era dividido entre os pescadores (Figura 3). A parceria dos pescadores com atravessadores garante o insumo necessário para a pescaria, porém essa sociedade diminui a renda dos pescadores no final da atividade.

Os resultados indicam que os pescadores não capturam peixe sempre nos mesmos pesqueiros. O que os norteiam na escolha do local adequado para a pesca é a própria experiência. Apenas 8% deles se baseiam em aparelhos como GPS e sondas, o que evidencia a pouca tecnologia empregada na atividade.

Os peixes mais capturados segundo os entrevistados são os bagres (família Ariidae) que apareceram em 57% das citações, seguido do peixe serra *Scomberomorus brasiliensis* (42%). A produção obtida por pescaria varia de 10 kg a 30.000 kg, essa oscilação ocorre de acordo com o tipo de pescaria e o tempo da faina.

COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO

Os entrevistados concordam que o pescador não tem condições necessárias para produzir e comercializar por si só seus produtos, necessitando de intermediários para viabilizar a pescaria e a comercialização do pescado.

Segundo Tsuji (2011), devido a essa dificuldade surgiram novos agentes sociais na cadeia produtiva da pesca, com funções específicas, tais como os chamados proprietários (dono da embarcação e das artes de pesca), veizeiros (financiam a pescaria através do empréstimo de crédito informal aos proprietários das embarcações e pescadores e também compram o pescado capturado), atravessadores (comerciantes que têm o papel de realizar o transporte do pescado, levando-o das comunidades pesqueiras até o mercado consumidor), balanceiros (recebe o produto de seus fornecedores e comercializam) e comerciantes varejistas de São Luís (supermercados, peixarias, restaurantes e, principalmente, comerciantes das feiras livres e mercados municipais). Para o mesmo autor, esses agentes especializaram-se em determinada função dentro da cadeia produtiva e, para executá-la, cada um possui os meios e conhecimentos específicos que garantem sua permanência dentro do esquema.

O desembarque e a comercialização no município são realizados no Porto do Braga e no Porto da Praia (Figura 5).



Figura 5. A - desembarque e B - comercialização do pescado no Porto da Praia.

Foi relatado por 83% dos pescadores que logo que chegam ao porto o peixe é vendido, pois eles não têm como estocar o pescado capturado. Cerca de 14% comercializam o peixe congelado e 6% o pescado resfriado. Soares, Castro & Silva-Junior (2006) encontraram resultado semelhante ao estudarem a comercialização do pescado do município, acrescentando ainda que o

transporte para portos vizinhos no Piauí, Pará, Ceará e Pernambuco, dependem de embarcações com urnas próprias ou da salga do produto.

Ainda em relação à venda do pescado foi constatado que a grande parte dos pescadores (63%) vende sua produção para vezeiros, enquanto 15% vendem diretamente aos consumidores o que corrobora os resultados encontrados por Medeiros, Amaral, Mateus, Penha & Silva (2000), que constataram que a maioria dos entrevistados vende o peixe para um intermediário, que o revende para supermercados, frigoríficos, restaurantes, bares, ou diretamente ao consumidor.

Os pescadores avaliam que a figura do vezeiro, no município de Raposa, é importante no processo de comercialização, uma vez que, os pescadores ao chegarem cansados da pescaria não têm disposição para negociar o produto.

O pagamento dos pescadores é feito por “quinhão”, sistema em que a produção total da pesca é dividida em cinco partes, das quais o dono do barco pode vir a ficar com duas ou três, e o restante é dividido para tripulação, composta em média por cinco pescadores. Esse sistema de pagamento é avaliado como injusto por 65% dos entrevistados.

Stride (1992) identificou, no Estado Maranhão, diversas formas de divisão da produção entre pescadores e proprietários dos instrumentos de trabalho. De um modo geral, a divisão é feita da seguinte forma: cada pescador e o proprietário (da embarcação e dos apetrechos de pesca) têm direito a uma parte da produção em peixes, que é destinado para o consumo próprio, sendo o restante vendido. Do valor bruto da venda, são deduzidos os custos operacionais (óleo diesel, gelo, rancho), e o valor líquido é então dividido de acordo com sistemas que variam do tipo de pescaria e da região onde são realizadas.

A principal dificuldade relatada pelos entrevistados está relacionada à falta de condições financeiras dos pescadores para abastecer os barcos e a falta de segurança da profissão, o que é mais evidente na pesca artesanal.

REFERÊNCIAS

- Acheson, J.M. (1981). Anthropology of fishing. *Annual Review of Anthropology*, 10: 275-316.
- Albuquerque, P. U & Lucena, R. F. P. (2004). *Métodos na pesquisa etnobotânica*. Recife: Livro Rápido/NUPEEA.
- Almeida, Z. S; Castro, A. C. L; Paz, A. C; Ribeiro, D; Barbosa, N. & Ramos, T. D. (2006). Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Maranhão. In: Isaac, V. J; Martins, A. S; Haimovici, M & Andrigueto-Filho, J. M.(Eds). *A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais* (pp. 41-65). Brasília: Editora Universitária.

Basaglia, T. P & Vieira, J. P. (2005). A pesca amadora recreativa de caniço na praia do Cassino, RS: necessidade de informações ecológicas aliadas à espécie alvo. *Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology*, (9): 25-29.

BDT (2002). *Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da zona costeira e Marinha*. Acessado em: 29 de setembro de 2009 em: www.bdt.fat.org.br

CEPENE. (2006). *Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Nordeste do Brasil*. Tamandaré, PE. Acesso em 20 de maio de 2011 em: <http://www4.icmbio.gov.br/cepene/index>.

Clauzet, M, Ramires, M, & Barrella, W. (2005). Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) no litoral de São Paulo, Brasil. *Revista Multiciência: A linguagem da Ciência*. (4): 1-22.

Condini, M. V; Garcia, A. M & Vieira, J. P. (2007). Descrição da pesca e perfil sócio-econômico do pescador da garoupa-verdadeira *Epinephelus marginatus* (Lowe) (Serranidae: Epinephelinae) no Molhe Oeste da Barra de Rio Grande. Rio Grande do Sul. Brasil. *Pan-American Journal of Aquatic Sciences*. 279-287.

Garcez, D. S. & Sanchez-Botero, J. I. (2005). Comunidades de pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Atlântica*. (27): 17-29.

IBAMA (2002). *Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do nordeste do Brasil*. Acesso em 20 de setembro de 2009 em: <http://www.ibama.gov.br/cepene>.

IDEMA (2002). *Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte*. SEPLAN/RN.

INMET (2007). Instituto Nacional de Meteorologia; acessado em 20 de maio de 2011 em: <http://www.inmet.gov.br/>.

Krejcie, R. V & Morgan, D. W. (1970). Determining sample size research activities. *Educational and Psychological Measurement* (30): 607-610p.

Medeiros, H.Q; Amaral, V. L; Mateus, L.A. F; Penha, J.M. F & Silva, C. J. (2000). Caracterização da atividade pesqueira comercial no Alto Rio Paraguai, município de Barra do Bugres, Mato Grosso. In: *III Simpósio de Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal: os desafios do Novo Milênio* (pp 1- 20). Corumbá-MS.

Monteles, J. S; Castro, T. C. S; Viana, D. C. P; Conceição, F. S; França, V. L & Funo, I. C. S. A. (2009). Percepção sócio-ambiental das marisqueiras no município de Raposa-MA. *Revista Brasileira de Engenharia de Pesca*. 4 (2) 34-45.

Pacheco, R. S. (2006). *Aspectos da ecologia de pescadores residentes na península de Maraú - BA: pesca, uso de recursos marinhos e dieta*. [Dissertação de Mestrado]. Brasília (DF). Universidade de Brasília.

Pedrosa, R. A. (2007). *Pesca, perfil socioeconômico e percepção ecológica dos pescadores artesanais de Porto de Galinhas (PE)*. [Dissertação de Mestrado] Recife (PE). Universidade Federal de Pernambuco.

Silvano, R. A. M. (2004). Pesca artesanal e etnoictiologia. In: *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia* (pp. 1-324). São Paulo: Ed. HUCITEC,

Soares, E. G. (2004). *Características, operacionalidade e produção da frota serreira no município da Raposa-MA*. [Monografia]. São Luís (MA). Universidade Federal do Maranhão.

Soares, E. G; Castro, A. C. L & Silva-Junior, M. G. (2006). Características, operacionalidade e produção da frota serreira no Município da Raposa-Ma. *Boletim do Laboratório de Hidrobiologia* (19): 13-22.

Stride, R. K. 1992. *Diagnóstico da pesca artesanal marinha do Estado do Maranhão*. São Luís: CORSUP/EDUFMA. 2: 1-205.

Tsuji, T. C. (2011). *Sustentabilidade de recursos pesqueiros, pesca artesanal e cooperativismo - Análise de duas experiências no Maranhão* [Dissertação de mestrado]. São Luís (MA): Universidade Federal do Maranhão.

Vasconcelos, E. M. S; Lins, J. E; Matos, J. A. M; Junior, W & Tavares, M. M. (2003). Perfil socioeconômico dos produtores da pesca artesanal marítima do estado do Rio Grande do Norte. *Boletim Técnico Científico do CEPENE*. 11(1): 277-292.